

CôA Visão₂₈

Economia
Ciência
Cultura
Poética

CÔAVISÃO 28

COORDENAÇÃO

José Manuel Costa Ribeiro
António N. Sá Coixão

EDIÇÃO

Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa
Praça do Município
5150-642 Vila Nova de Foz Côa

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO

Tipografia Lobão, Lda.
Almada

DEPÓSITO LEGAL

121116/98

ISSN

2183-234X

TIRAGEM

750 exemplares

CAPA

Vinhas doiradas...
Fotografia de Adriano Ferreira

DATA DE EDIÇÃO

Maio de 2026

PERIODICIDADE

Anual

ÍNDICE

PREFÁCIO 5

INTRODUÇÃO

Os Coordenadores 7

ECONOMIA

Despovoamento e desenvolvimento territorial na Europa: uma análise crítica a partir da economia regional, da governação multinível e da inovação social

José R. Pires Manso 11

Valoração social, apropriação territorial e governação patrimonial nos Sítios Pré-históricos de Arte Rupestre do Vale do Rio Côa

José Paulo Francisco 17

Gil Vicente, beirão, nasceu em Guimarães de Tavares

António Fortes 35

Senabrés, a llengua de casa

Daniel Boyano Sotillo 43

Novas figuras antropomórficas do Paleolítico Superior na arte do Côa, em dois sítios da margem direita do Douro: Vale de João Esquerdo e Vale do Esfola Cabras

Mário Reis 49

Comunicação ancestral: o estudo da arte rupestre

José Moreira 59

As gravuras rupestres da ribeira da Gravata. Grafismos simbólicos de uma comunidade pastoril (Maçores, Douro Transmontano-Raiano)

RESEÑA

Madelín Zeida Pupo Santiesteban. . 77

CIÊNCIA

Regresso à Penascosa (quase) 30 anos depois da inauguração do PAVC

Thierry Aubry, Miguel Almeida, Sílvia Aires, André Ferreira, Luís Luís, Patrícia Ramos, André T. Santos e Marcelo Silvestre 81

Trabalhos Arqueológicos em Castanheiro do Vento: 2025

João Muralha e Américo Araújo . 93

Dados Arqueológicos na Região do Baixo Côa. O Fim do Mundo Antigo e o Começo da Idade Média

António N. Sá Coixão 107

30 Anos do Parque Arqueológico do Vale do Côa. Europa, Memória e Pensamento Fozcoense

João Paulo Lucas Sousa 123

Ritos del fuego en la Raya hispano-portuguesa. Hogueras tradicionales en Ciudad Rodrigo

José Ignacio Martín Benito 127

O sempre surpreendente engenheiro agrónomo Artur Saraiva Castilho

Aires Diniz 137

«Pinhel Guarda-Mor do Reino - o Concelho no Século XIX»: a Interpretação Histórica de Marinho dos Santos

José Luís Lima Garcia 153

Como ver agora os sindicatos?

João Freire 165

El arte de la filigrana en el noroeste peninsular. Aportación a los orígenes y paralelos etnográficos

José Miguel Sánchez Benito 169

João da Chela chamado por Carlos d'Abreu

Paulo Jorge Brito e Abreu 181

CULTURA

**Marmalho – Uma palavra,
um mistério, um milagre**
Albino Matos187

**Uma pérola cintilante no Alto-
-Douro! Apontamentos históricos
da comunidade paroquial da Póvoa
da Veiga da Terra de Santa Maria
e a génese devoção a Santa Maria
da Veiga - séculos XIII/XV**
Luciano Moreira191

**A revolta do Vilarinho
da Castanheira contra o imposto
do trabalho braçal (1938)
(uma primeira abordagem)**
Carlos d'Abreu..... 207

**Ferrocarril en la Raya – ese
problema sin solución**
Ángel Centeno.....217

**Una excursión a la “sacristía
de Camporredondo”**
Carlos García Medina 223

**Telmo Ferraz, A Gramática
de uma Fidelidade Centenária.
Um Século de Lodo e Estrelas**
Henrique Manuel Pereira.....227

Um rio ímpar e universalista
Paulo Cordeiro Salgado231

Esperantiso, lingvo internacia
Roxana Paz & Roger Prieto..... 237

Desde cuando...
Jesús Gómez Morante 243

Poética
Augusto Pedregoso 253
Carlos d'Abreu..... 254
Carmen del Rio Bravo..... 255
Carmen Herrera Castro 256
Edison Alves..... 257
Helena Carvalho 258
Josep Mata..... 259
Karlotti do Vale 260
Luís Maçarico.....261
Mohamed Hammú 262
José Carlos Garrucho 263

Portefólio
Victorino Calderón 265

Anexo
Pedro Duarte 303
Gustavo Duarte 305
João Paulo Sousa 307
Rui Vieira..... 309
J. C. Lopes Martins 311
Filipe M. F. Palavra313

Dados Arqueológicos na Região do Baixo Côa. O Fim do Mundo Antigo e o Começo da Idade Média

António N. Sá Coixão¹

A muitas das estações arqueológicas romanas, na área do concelho da Mêda, estão associadas estruturas e elementos materiais, que nos remetem para a Alta Idade Média. Mediante o conjunto de elementos arqueológicos que possuímos, aceitamos perfeitamente, tal como Carlos Brochado de Almeida (2006, 234), com poucas reservas, a tese da “continuidade ocupacional”.

Também Sabino Perestrelo (2003, 175), a este propósito, cita: “Os dados disponíveis até ao momento parecem apontar para a continuidade de ocupação de alguns habitats romanos durante a Alta Idade Média e nalguns casos até aos nossos dias (...). A paisagem suévica e visigótica – como a tardo-romana – estaria, assim, preenchida de aldeias, casais, granjas e *villae* (Alarcão 1998b, 113) sendo difícil admitir uma rutura do povoamento pois os Visigodos representavam apenas dois por cento da população total da Península, no momento das invasões e, certamente, muitas das populações hispano-romanas mantiveram-se nos locais onde viviam”.

Sabino Perestrelo (2003, 173-174) coloca a hipótese de, durante os séculos IV e VI d. C., os *castella* romanos terem servido de refúgio às populações de cidades, *vici* e aldeias. Assim, continua o mesmo autor: “após as invasões do século IV, estes *castella* poderão ter constituído sistemas de auto governo, organizando-se na defesa contra os invasores.”

Ora, pela nossa experiência em trabalhos realizados nesta região desde 1980, a interpretação da passagem dos finais do Império Romano para a Alta Idade Média, deve ter sido pacífica, sem ruturas com o *modus vivendi*, sendo pouco plausível, qualquer aculturação suévica ou visigótica. Mais tarde, nos séculos

VI/VII a influência árabe também deve ter passado despercebida nestas terras a sul do Douro.

Escavações arqueológicas, algumas dezenas, já realizadas por diversos investigadores, na região do Baixo Côa, não produziram testemunhos materiais dessas presenças, o que não significa que, embora sem domínio direto, estas e outras terras não tivessem que ser incorporadas no sistema administrativo imposto. Tanto quanto se sabe, não longe, na margem direita do Côa e já perto do rio Douro, foi criada a paróquia suevo-visigótica de *Caliabria*, no cimo do monte que terá sido um simples *castellum* na época romana.

É citada a cunhagem de moeda, em Calíbria, no período de 603-609 d.C. (...) tratando-se de moedas e cunhagens, ditas de “viagem”, utilizadas no pagamento do exército em campanha (García Moreno 1997, 119). Mas, que se saiba, nunca foi exumada, na região, qualquer moeda desse período, nem se conhecem cerâmicas que possam ser associadas ao quotidiano desses povos. Também para o período seguinte, (referindo-nos como é obvio, à ocupação árabe) não dispomos de qualquer testemunho numismático ou cerâmico.

Apenas, no sítio do Prazo, em Freixo de Numão, foi exumada parte de uma fivela, em bronze, cuja decoração se assemelha às utilizadas pelos visigodos.

O que sabemos, a julgar pelos achados no citado sítio do Prazo, é que a cristianização destas terras e destas gentes poderá ter acontecido em finais do século IV ou durante o século V d. C. Na Igreja Paleocristã do citado sítio, foram registadas sepulturas datáveis entre os séculos V e XIII (Coixão 2000a), tendo em conta um dos esqueletos sujeito a datações de carbono 14, de que se obteve precisamente uma datação do último quartel do século V d.C.

No sítio do Vale do Mouro (Coriscada) a exumação de um esqueleto, em sepultura, que julgamos poder datar do século VII d.C., vem confirmar a prática de inumação introduzida pelos arautos do cristianismo. A ocupação deste sítio prolonga-se pelos séculos V e VII, pelo menos. O achado, naquela zona, de uma inscrição funerária paleocristã, onde se lê: “A mulher de Eleutério mandou fazer” confirma uma continuidade da ocupação do lugar.

¹ Doutor em Arqueologia.

O sítio mais estudado, para este período alto-medieval é o Prazo (Freixo de Numão). No período tardo-romano ou paleocristão, as cerâmicas registadas são imitações de cerâmica cinzenta onde já aparece aposto o *Chrismon*, simbologia do mundo cristão.

O certo é que as cerâmicas, que aí se registam ao longo do século V e do século VI d.C., passam a ser de pasta grosseira, sem engobes, modeladas à mão, observando-se no interior dos vasos, em vez dos traços horizontais originados pelo “torno”, marcas de dedos do oleiro que retorna, em termos técnicos, até à proto-história.

As marcas ou decorações essencialmente em asas de púcaros ou pequenas painéis, são constituídas por traços incisivos profundos. Sobre os materiais de construção utilizados nestes tempos da Idade Média, cremos que a continuidade de utilização de *tegulae* deve ter tido uma prática comum, pelo menos nos dois ou três séculos que se seguem ao fim do Império.

No sítio do Prazo, pelo menos a partir do século VII d.C., o telhado do Templo deixa de ser em *tegulae* e passa a ser feito por *imbrices* grosseiros, pouco curvos (meia cana pouco pronunciada) e com imensa decoração constituída por traços figurando não sabemos o quê, onde o ondulado e o concêntrico sobressaem.

Sobre os *Castella* romanos, julgamos que tanto os locais, onde assentam hoje os castelos de Longroiva e Marialva, como o de Numão, no concelho de Foz Côa, terão sido amuralhados na era dos imperadores. No entanto, não sendo tão evidente que 2 % do total da população da Península (Suevos e Visigodos) pudessem incomodar as gentes desta região do interior (hoje, como ontem), não acreditamos que esses mesmos *castella* tivessem tido um papel tão importante como muitos historiadores citam.

Aliás, no caso do lugar da Devesa (Marialva), onde estaria implantada a *Civitas Aravorum*, tudo leva a crer que no período alto-medieval, quase a prenunciar uma prática feudal, na zona baixa, se tenha construído um palácio que seria cercado e rodeado de “torres”, a propósito das quais o povo cita as lendas da Maria Alva e da dama pé de cabra. Ainda hoje, a

zona das últimas casas da Devesa é conhecido como o “Olival das Torres”!

O Castelo de Marialva, como outros da região, não terá tido um papel preponderante até à reconquista. Alguns estariam mesmo abandonados, como aconteceria com o de Numão, em 1130. A terra, despoçada, foi repovoada através da instalação de um “couto de homiziados”.

Carlos Brochado de Almeida (2006) refere a continuidade de ocupações, essencialmente dos sítios romanizados, depois, com vitalidade durante a Idade Média. Parece, como atrás referi, que assim foi realmente. No entanto, hoje perguntamo-nos porque é que percorrendo a região, encontramos tantas e tão dispersas sepulturas cavadas na rocha, isoladas ou agrupadas, prenunciando um simples casal ou uma aldeia, depois abandonadas.

Não nos causará surpresa este armamento de quintas ou aldeias, provavelmente a partir dos séculos XIII/XIV, se fizermos um estudo e uma análise do sistema administrativo deste território a partir da formação da Nacionalidade.

Nesta pequena faixa da margem esquerda do rio Côa, que poderemos chamar de Entre-Douro-e-Côa, que abrange parte do concelho de Vila Nova de Foz Côa e todo o concelho de Meda, vamos encontrar, ao longo da Idade Média, um sem número de concelhos autónomos, com regalias para oferecer aos seus moradores ou repovoadores.

Pequenos lugares habitados, sujeitos ao pagamento de impostos a ordens religiosas, a mosteiros, a senhores donatários, deixam de o ser, já que as suas populações rumam até às terras possuidoras de foral, com os impostos devidamente taxados e com muitas isenções e regalias para cativar o povoamento.

Na zona a oeste do rio Côa, das quinze freguesias do concelho de Vila Nova de Foz Côa, sete foram sede de concelho, a saber, Numão, Cedovim, Horta do Douro, Freixo de Numão, Touça, Vila nova de Foz Côa e Muxagata e na área do atual concelho de Mêda, existiram, até ao século XIX, os concelhos de Mêda, Marialva, Longroiva, Casteijão e Ranhados. Doze concelhos num território tão pequeno serão sinal de alguma vitalidade, ao longo de toda a Idade

Média e mesmo no período moderno. Riqueza agrícola, bastante e variados recursos minerais, eixos de comércio diversificados e dinâmicos, populações dotadas de um grande sentido autonómico, alguns dos condimentos que ajudam a explicar esta “dinâmica municipalista” em terras a oeste do Côa.

• O final do mundo romano - (des)continuidade e/ou (in)visibilidade

Vários trabalhos executados nas últimas décadas, na Beira Interior, bem como na região norte do distrito da Guarda, tentaram esboçar as paisagens rurais e sociais no final do período romano no “interior norte da Lusitânia”.

No interior norte da Lusitânia, como em outras regiões, os campos em época romana seriam densamente povoados e cultivados. Por sua vez, para a época que imediatamente se segue, os dados escasseiam ou primam mesmo pela total ausência. Mas o que aconteceu no interior norte da Lusitânia, durante o período pós-romano?

Pedro Carvalho, num artigo publicado na obra “A Lusitânia entre romanos e bárbaros” (2014, 397-442), percorre uma série de sítios arqueológicos conhecidos e parcialmente investigados nestas áreas das Beiras e Douro. Cita muitos lugares ocupados no séc. V d.C., como a villa romana do Prado galego (Pinhel), a possível estação de muda da raposeira (Mangualde), a quinta romana de S. Gens (Celorica da Beira), o casal romano do Relengo (Sabugal), entre outros.

Neste lugar (casal romano do Relengo) Marcos Osório (2008) cita o aparecimento de telhas do canudo, já sem contexto de *tégula*, decoradas com motivos penteados e digitados, eventualmente datáveis entre os séculos IV e VIII. Sá Coixão, no interior do templo paleocristão do Prazo, recolheu um número significativo desses *imbrices* a que atribuiu uma datação entre os séculos V e VIII / IX d.C.

No entanto, esta constatação não é similar para outros sítios. Se no Prazo parece ter havido o abandono do uso da *tégula* a partir do séc. V d. C. e a adoção da telha de canudo com curvatura pouco pronunciada e decorações digitais onduladas e serpenteadas,

no sítio do Vale do Mouro (Coriscada-Mêda), onde se registou uma ocupação pós-romana até pelo menos o séc. VII d.C., a cobertura das casas foi sempre feita com recurso às *tegulae* e *imbrices*.

Na região do Baixo-Côa, onde temos levado a efeito diversas escavações ao longo de mais de 30 anos, o fato de as mesmas (escavações) serem abrangentes ao território da sua implantação (e não somente a vestígios de edifícios) tem permitido o registo de estruturas alto-medievais bem como a recolha de materiais cerâmicos correspondentes incluindo o registo de um fundo cerâmico e um amuleto em osso com a aposição/gravação do *Chrismon*.

Também Gonçalves Guimarães (1996) registou esta fase de ocupação tardo-romano e alto-medieval no sítio da Ervamoira, conferida pelo achado de uma *tégula* com a gravação do *Chrismon*.

Pedro Carvalho (2014, 415) cita que “com o final do Império Romano, nestas regiões interiores, os dados arqueológicos parecem denunciar uma retração na rede de povoamento ... a generalidade dos sítios escavados terá sido abandonado nos séculos IV – V d.C.”. Sugere, alias, que a escavação a levar a efeito em alguns sítios, será determinante para aferir se continuaram habitados na segunda metade do séc. V e nos séculos VI e VII d.C..

Sobre o título deste subcapítulo desta dissertação diremos que se fraturas houve na passagem do domínio romano para a Alta Idade Média, o certo é que ao nível de povoamento as continuidades são evidentes (na região do Baixo Côa) e atestadas por diversas escavações por nós levadas a efeito.

Sobre a (in)visibilidade, ela é notória, pois em trabalhos de prospeção, raramente aferimos outros materiais para além da *tegula* ou restos de *dolia*, tornando-se a evidência de ocupações praticamente invisível.

Sobre a diminuição de circulação de bens e produtos, a partir da queda do Império, tal é testado nos sítios do Prazo e Vale do Mouro. No primeiro as cerâmicas exumadas dos séculos V a VII são grosseiras e executadas sem o recurso à roda! No Vale de Mouro essencialmente os *dolia*, apresentam pastas e decorações diferentes, onde se adivinha também um carimbo de “retrocesso artesanal”.

Registos Altomedievos

Pelo estudo dos munismas, das *sigillatas* exumadas em batidas ou escavações arqueológicas, na região do Baixo Côa, de cerâmicas comuns grosseiras com decorações incisadas, de cor acinzentada, recolhidas em sítios como o Castelo de Numão, constatamos que, entre o fim do Mundo Antigo e o começo da Idade Média, não há uma rutura profunda, mas sim uma continuidade em mudança, talvez, um retrocesso com a ruralização da vida quotidiana, dos hábitos, da economia, da religião. Uma quase passagem do “mundo da luz” para o novo mundo mais cinzento, o “mundo das trevas”!

O sítio do Prazo, por exemplo, apresentava vestígios da vitalidade de uma *villa* romana, entre os séculos I e IV d.C., depois semi-abandonada. Com a mesma gente ou com nova gente, terá sido revitalizada através do aproveitamento do edifício senhorial da *villa* para a implantação de uma Igreja Paleocristã, de 3 naves, com aproveitamento das colunatas do pequeno peristilo, para assentamento das arcadas do interior do templo.

Uma análise de carbono 14, de ossadas da sepultura 9, que terá sido um tanque de cozedura de *tegula*, depois reutilizado como túmulo, coberto com tampas de xisto, forneceu-nos uma datação de finais do século VI d.C. (interseção em 548 cal AD.)

Um fundo de cerâmica cinzenta tardia tinha apostado o símbolo do *chrismon*. Diversos fragmentos de cerâmica cinzenta tardia e de cerâmica comum, eram grosseiros, sem engobe, de fabrico quase manual, com marcas de dedadas nítidas no interior, resultantes do repuxamento e alisamento. Esses fragmentos, na sua maioria, continham decorações incisadas. Cerâmicas bastante grosseiras, com imensos exemplares a serem exumados, mais tarde, na zona da lareira de um edifício entre rochedos, a norte, edificado no século IV d.C. mas continuado a ocupar até pelo menos o século VII d.C. (Estampas 173 a 176).

No sítio arqueológico do Vale do Mouro (Coriscada, Mêda), terá existido uma *villa* senhorial entre os séculos I e III d.C. Posteriormente, na segunda metade do século III d.C., a atividade mineira deve ter entrado em crescendo e atraído mais gente ao

sítio. Um senhor de grandes posses financeiras terá remodelado a *villa*, dotando-a de termas e mosaicos policromos e, podendo ter distribuído terras da *villa* a um conjunto de assalariados e outros trabalhadores, criou um aglomerado habitacional em volta da *Villa Palatio...* e levou aquelas gentes do *vicus* a consagrar num bloco de granito um voto dos *vicarii ao deus Jupiter* vendo as atividades mineira e agrícola desenvolver-se nos seus domínios.

Nos inícios do século V d.C., o senhor da *Villa Palatio* entrou em decadência, provavelmente com o decréscimo do interesse nas minas e nos metais, e por certo com o declínio da própria *Civitas Aravorum*. Bases, fustes e capitéis em granito do *peristilo* foram sendo reutilizadas na remodelação das novas edificações, o *vicus* tornou-se aldeia, mas as gentes, estas e outras, por aqui foram permanecendo, ao longo da Alta Idade Média. Um *Chrismon* em osso, cerâmicas grosseiras e *dolia* dos séculos V a VI d.C. foram exumados nas escavações do sítio, nos últimos anos.

No aro de Freixo de Numão, nalguns dos sítios arqueológicos, foram exumadas *sigillatas* tardias, algumas imitações que nos levam até aos séculos V/VI d.C. Nas intervenções na área urbana de Freixo de Numão, são ininterruptos os contextos de materiais que percorrem o tempo desde a proto-história à Idade Moderna.

E se tivéssemos que ensaiar a construção de um mapa de povoados da Alta Idade Média, na zona do Baixo Côa, os pontos de localização seriam os mesmos que usáramos para os séculos III/IV da nossa era, tornando-se como uma das provas enequivocas, da existência, em muitos desses sítios, de sepulturas cavadas na rocha, não antropomórficas, que identificam a fase mais antiga dos enterramentos nesse período pós-romano.

Susana Cosme (2002, 142), na sua Dissertação de Mestrado, sobre este tema, afirma que se terá verificado a continuidade no Monte do Castelo ou Calábria, bem como na maioria das *villae*, durante a Alta Idade Média, como se comprova através de sondagens arqueológicas em Aldeia Nova/ Olival dos Telhões e em Torre de Almofala, a *Civitas Cobelcorum*, onde se manifesta essa continuidade, através de

documentação e de escavações realizadas no local e ainda pela presença de cerâmica e de sepulturas medievais nas proximidades, em diversos outros casos.

E precisa, mais ainda, Susana Cosme sobre o tema: “Em meados do séc. VI d.C., graças ao famoso documento eclesiástico conhecido como *Divisio Theodemiri* ou “*Paroquial Suévico*”, que se pode datar de finais desse século, conhecemos a organização da Igreja nestas terras lusitanas. Esta ordenava-se em torno dos bispados de *Conimbriga*, *Viseu* e *Idanha*. O primeiro deles foi criado, sem dúvida, antes de meados do século V, ainda que não antes de finais do século IV. Provavelmente os outros dois terão sido criados nas mesmas datas, quando houve uma febre de criação de bispados em todo o quadrante noroeste peninsular. Em todo o caso a plena estruturação eclesiástica em Riba Côa viria pela criação do bispado de *Caliábria* (García Moreno 1997, 118).

Nos termos setentrionais da Comarca do Côa, documentam-se duas dioceses visigóticas: uma, em *Caliábria* e outra, um pouco mais a noroeste, já passando o rio Douro, em *Vallearitia*. Esta última localizar-se-ia na atual Vilariça de Moncorvo, devendo-se identificar com a Igreja citada no *Paroquial Suévico*, como dependente do Porto (Cosme 2002, 129)

Enfim, como refere esta arqueóloga (Cosme 2002, 141) “As formas de povoamento não se alteraram durante a transição da época Romana à Alto-Medieval, pois continuamos a ver povoados como o Monte do Castelo e Santo André, este já no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, com uma importância fundamental na organização do território, se bem que com as suas importâncias alteradas, e as *villae* continuam também a ser ocupadas, como se confirma no caso da Aldeia Nova / Olival dos Telhões, entendendo, assim, que a verdadeira alteração de povoamento se irá dar quando da criação das vilas novas, já durante o período da reconquista.”.

Vale do Mouro – estudo de análise antropológica

Durante o mês de Setembro de 2008 foram postos a descoberto fragmentos ósseos de um esqueleto

no sítio arqueológico do Vale do Mouro, cujo estudo antropológico foi efetuado pela antropóloga Marta Furtado, sob coordenação científica da antropóloga Maria Teresa Ferreira, que escrevem, em jeito de conclusão que estes restos osteológicos são pertencentes a um esqueleto de um indivíduo adulto, do sexo masculino, com uma idade à morte entre os 30 e os 40 anos, que sofria de uma lesão infecciosa na perna esquerda. Esta lesão além de causar uma debilitação física tornou a locomoção deste indivíduo difícil, claudicando certamente. É provável que, para este indivíduo ter sobrevivido algum tempo com esta lesão infecciosa (o que se nota pela grande formação de osso na tibia), teria um forte sistema imunitário e, devido às grandes limitações na locomoção e dores provocadas pela infecção, teria ajuda da família e / ou comunidade (Coimbra, 7 de Novembro de 2008). O ritual observado na inumação do cadáver, deposição em decúbito dorsal, com orientação canónica (cabeça-oeste / pés-este), sugere uma cronologia paleocristã. Até porque a sepultura se encontrava num espaço curioso, ou seja, aproveitando um canto da divisão de uma casa, que pertencia muito provavelmente à ocupação romana anterior à da inumação, o enterramento pertenceria à última ocupação no Vale do Mouro.

A datação de um dos ossos no laboratório “Beta Analytic Radiocarbon Dating Laboratory” de Miami, Flórida, Estados Unidos da América, apresenta como resultado para 1 sigma, 610 ate 650 cal AD (cal BP 1340 a 1300). Tudo aponta, portanto, para um enterramento efectuado nos inícios do século VII d.C.

Prazo 1995 – Datação de amostra óssea pelo C14

No ano de 1995 foi escavada parte da área interior e exterior de um templo Paleocristão, no sítio arqueológico do Prazo (Freixo de Numão – Vila Nova de Foz Côa), sendo as sepulturas registadas a oeste do templo consideradas as mais antigas, balisadas entre os séculos V e VII d.C. Duas, com orientação não canónica (sepulturas 9 e 10), tinham resultado da reutilização de dois tanques que terão servido, na época romana, para cozedura de *tegulae*. Foram utilizadas mais que uma vez, para efetuar depósitos

de corpos de defuntos, sendo cobertas por grossas tampas em xisto. Essas sepulturas 9 e 10 eram, portanto, duas cistas retangulares abertas no saibro ou granito mole.

Uma amostra das ossadas da sepultura 9 foi enviada para o ITN (Instituto Tecnológico e Nuclear), instalado na Estrada Nacional n.º 10, em Sacavém (Portugal), que foi obtida a idade (em anos BP) de 1530 ± 75 que, calibrado, fazendo uso da curva de STUIVER e PEARSON, tem interseção em 548 Cal AD e os seguintes intervalos: para 1 sigma $\div$ 435 – 624 Cal AD; para 2 sigma: 396 – 660 Cal AD.

Pendente com *chrísmon* e inscrição

Num nível de ocupação altimedieval foi exumado, a 4 de Agosto de 2014, no decorrer das escavações que, sob nossa orientação, se estavam a realizar no vicus romano do Vale do Mouro (freguesia da Coriscada, concelho de Meda), um pendente que tem estampado no anverso o *chrísmon* e, no reverso, a seguinte epígrafe:

VTE/RE · FEL/EX [sic]

Usa, sÊ feliz!

Dimensões: 3,50 cm no sentido longitudinal (incluindo a pega), 2,50 cm de diâmetro; a circunferência interior tem o diâmetro de 1,50 cm.

Altura das letras: 0,3/0,4 cm (sendo mais pequeno o E da l. 1 = 0,2).

É de osso, provavelmente de chifre de touro bravo, de cor negra, praticamente intacto, apenas com uma falha na superfície do anverso, do lado direito. A falha na parte inferior, em forma de triângulo, é propositada, e efetuada com o objetivo de dar um aspecto mais decorativo ao pendente. A decoração e a epígrafe foram obtidas por incisão, com estilete metálico, em ambas as faces (anverso e reverso). A inscrição do anverso apresenta, no interior de uma circunferência e de linhas divididas por traços horizontais paralelos, letras gravadas ocupando o espaço disponível, sem obediência à ortografia, pois

separa a sílaba LEX. É de salientar: a ‘espessura’ dos vértices triangulares; o F grafado à maneira cursiva; o R feito a partir do P, com a perna oblíqua breve. Na coroa circular das duas circunferências concêntricas, há, regularmente distribuídos, 27 pontos, no anverso; 26 no reverso. O *punctus distinguens* da epígrafe é idêntico a esses pontos da coroa. No *chrísmon* apenas há a notar o facto de a curvatura superior do P fechar abaixo do vértice.

O *chrísmon*, anagrama de letras gregas maiúsculas, que se desdobra em XPISTOS (Cristo), denuncia a época paleocristã (os achados arqueológicos apontam para um período que vai do século V ao IX) e não é novidade nestas paragens: foi estampado no fundo de uma pequena taça de cerâmica cinzenta exumada no sítio arqueológico do Prazo (freguesia de Freixo de Numão, concelho de Vila Nova de Foz Côa), e da basílica martirial paleocristã da Quinta da Ervamoira (Muxagata, também no concelho de Vila Nova de Foz Côa) procede uma *tegula* que traz o *chrísmon* gravado.

Quanto à expressão *utere felix* – aqui grafada *utere felex*, a denunciar um reflexo da linguagem falada –, é assaz frequente no mundo romano e, depois, como aqui acontece, no horizonte cultural paleocristão. Comum em mosaicos e em objetos de certa valia próprios para oferta, tanto de cerâmica fina como de metais preciosos, não é invulgar que se exprima unicamente pelas siglas V · F, como é o caso de anéis. Formula o desejo de felicidade para o seu utilizador (Coixão e Encarnação 2014).

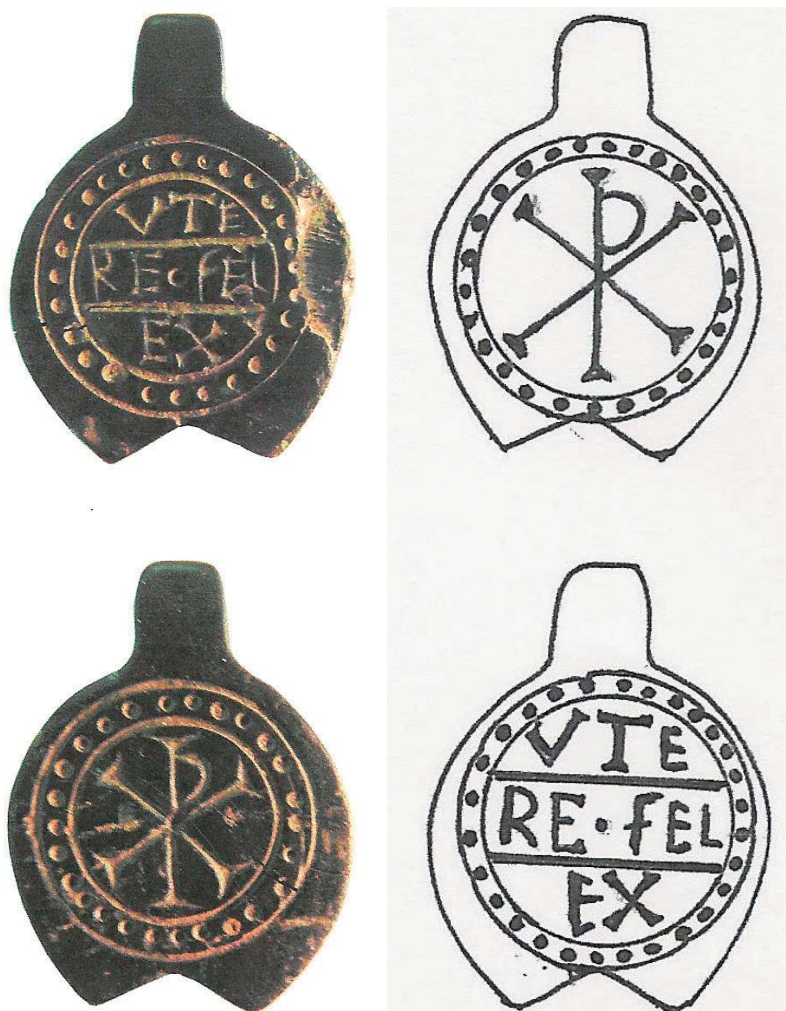


Fig. 93: Chrismon exumado no Vale do Mouro

Tradução:
“Usa. Sê feliz”

Considerações finais

Como escrevemos no “resumo”, nesta dissertação propúnhamo-nos sistematizar o estudo das ocupações proto-histórica, romana e altomedieval da zona do Baixo Côa nas vertentes do povoamento (*civitates*, *vici*, *villae* e casais), da economia (agricultura, mineração, atividades industriais e comerciais) a rede viária e a religião (divindades, indígenas e romanas). A zona do Baixo Côa é formada pelo território de quatro municípios. Se em dois deles, Vila Nova de Foz Côa e Mêda, existe uma investigação prolongada e cuidada, que foi vertida na publicação das res-

pectivas cartas arqueológicas, por parte do autor desta dissertação, nos outros, Figueira de Castelo Rodrigues e Pinhel, apesar de alguma investigação, a mesma mostrou-se insuficiente para a análise do povoamento na época romana.

Recuando ao I milénio a.C., diremos, genericamente, que a região não apresenta avultados vestígios da ocupação durante a Idade do Ferro. A grande maioria dos povoados do Ferro que se conhecem são pequenos povoados, implantados em locais de baixa altitude e alguns junto a linhas de água. No território que constitui a margem direita do rio Côa, os povoados pertenceriam não aos Lusitanos mas

aos Vetões, salientando-se a maior predominância das estátuas de berrões.

Castros nitidamente romanizados, apenas o Castelo dos Mouros em Cidadelhe, sobranceiro ao rio Côa, e o Castro de S. Jurge, em Ranhados (Mêda), no cerro encostado ao rio Torto.

Esta constatação da fraca existência de Castros romanizados poderá penas ser aparente e terá a ver com o facto de existir nas áreas urbanas de muitas das atuais freguesias o topónimo Castelo, em zonas onde terá existido um possível Castro da Idade do Ferro e onde também têm sido recolhidos vestígios de romanização. As cerâmicas apresentam uma decoração muito semelhante às cerâmicas recolhidas nos Castros da Meseta, na província de Salamanca.

Após a conquista deste território por parte do exército romano como é organizado o seu povoamento? Verificada a riqueza mineira da região, baseada no ouro, ferro, estanho e chumbo, em muitos lugares surgirão *villae* ou mesmo *vici*, onde elementos do exército controlariam a exploração mineira. A presença de um número significativo de epígrafes com dedicatória a Júpiter pode disso ser sintomático. Inclusivamente, a existência, na região, de um número significativo de capelas dedicadas a Santa Bárbara (padroeira dos mineiros) pode indiciar uma continuidade da atividade na região mineira durante as Alta e Baixa Idade Média.

Num território com uma área significativa, encontramos vestígios ou referências a três *civitates*: *Civitas Aravorum*, *Civitas Cobelcorum* e *Civitas dos Meidubrigenses*. À volta delas, *vici*, *villae*, granjas, casais e *castella*. Se *Meidobriga*, a capital de uma destas *civitas*, corresponde às atuais freguesias de Freixo de Numão ou Numão, o número elevado de vestígios em redor aponta para grandes povoados e vestígios de grande laboração mineira, agrícola e comercial. Se a *Civitas Cobelcorum* apresenta uma área reduzida de urbanismo, a *Civitas Aravorum* (na freguesia de Marialva – Mêda) abona-nos sinais de ter sido um importante centro urbano, na era dos Imperadores de Roma. A própria barragem existente nas imediações, de enormes dimensões, indicia grandes azáfamas e uma cultura urbana avançada.

Contrariando vários investigadores que se retraem na classificação e existência de *villae* nesta região, o facto de três *civitates* necessitarem de grandes abastecimentos de produtos agrícolas ou industriais, terá levado um número significativo de pessoas a instalarem *villae* ou *vici* a alguns quilómetros das *civitates* e a construírem uma malha de acessibilidades (vias secundárias) que irradiava e ligava estes centros urbanos.

Assim, essencialmente nas áreas dos concelhos de Vila Nova de Foz Côa e Mêda, o autor desta dissertação identifica um sem número de *villae* e *vici*, isto é, de aglomerados populacionais e de núcleos rurais dispersos, e aponta para uma taxa de ocupação do território bastante elevada para a época.

Estando o Baixo Côa enquadrado entre os rios Douro e Côa, houve necessidade de identificar as vias que cortariam esses rios de Norte para Sul (caso do Douro) e de Este para Oeste (caso do rio Côa). Tal permitiu constatar a existência de três grandes passagens no rio Douro e algumas no rio Côa. A existência de vias pronuncia a dinâmica comercial que foi desencadeada nos primeiros séculos da nossa era, nesta região.

As dezenas de lagares cavados na rocha já inventariados, a maioria com vestígios de materiais romanos associados, não obstante as dificuldades de inserção cronológica segura, podem denunciar e contrariar a existência de grandes herdades e uma exploração não de minifúndio mas também longe do latifúndio, muitas delas (propriedades) exploradas pelo sistema de arrendamento.

O registo, também, de alguns celeiros, indicam-nos uma forte atividade agrícola assente na cultura de cereais.

A tecnologia têxtil está presente praticamente em todos os sítios investigados. A circulação da moeda, essencialmente nos séculos III e IV d.C., está presente em toda a parte. As cerâmicas importadas, tal como as *sigillatas*, foram exumadas em sítios mais ou menos importantes, sinal de algum poder económico dos moradores das gentes do Baixo Côa e, sobretudo, das transacções comerciais à distância ou da integração desta região no amplo mercado comum do Império.

O vicus do Vale do Mouro (Coriscada – Mêda) é paradigmático da ostentação de valores culturais e da riqueza de algumas famílias, pois a denominada *villa Palatium* apresenta painéis de mosaico policromo, onde se salienta o chamado “Painel de Baco” com 3X3m.

A religião está também presente neste território. Sobressai o culto a Júpiter e a outras divindades, algumas delas indígenas. Uma grande falta na investigação diz respeito às práticas funerárias, pois os registos que temos referem-se a locais destruídos.

E depois dos Romanos? Em muito dos locais estudados constatamos a continuidade da ocupação pelo menos até ao século VII d.C.. A rutura com o Mundo Antigo não terá sido repentina nem dramática. Muitos dos locais apresentam materiais dos séculos V a VII d.C., ainda que se revelem por uma arquitetura mais pobre e hábitos mais ruralizados.

Um dos vestígios mais importantes das Alta e Baixa Idade Média prende-se com a Igreja do Prazo, em Freixo de Numão. A planta que se apresenta em publicações é a de uma Igreja do século XIII mas resultado de uma ampliação da Igreja Paleocristã do século V d.C., identificada através de materiais, sepulturas e análises de C14.

Em obra a publicar (monografia do sítio do Prazo) teremos oportunidade de explicar detalhadamente essas fases e materiais que as justificam e identificam.

Esta dissertação diz respeito a trabalhos de campo realizados entre 1980 a 2016. Neste longo trajeto percorrido, sobrou tempo, vontade e algum dinheiro, para musealizar alguns dos sítios investigados, como o Prazo, Rumansil, Colodreira, Quintal da Casa Grande, Zimbro, *Mutatio* das Regadas, para criar dois núcleos museológicos em Freixo de Numão, o de arqueologia na Casa Grande e o de etnografia na Casa do Moutinho. Decorrem os projetos de Musealização de Vale do Mouro na Coriscada e do Centro de Interpretação do Vale do Mouro em imóvel já recuperado na citada aldeia.

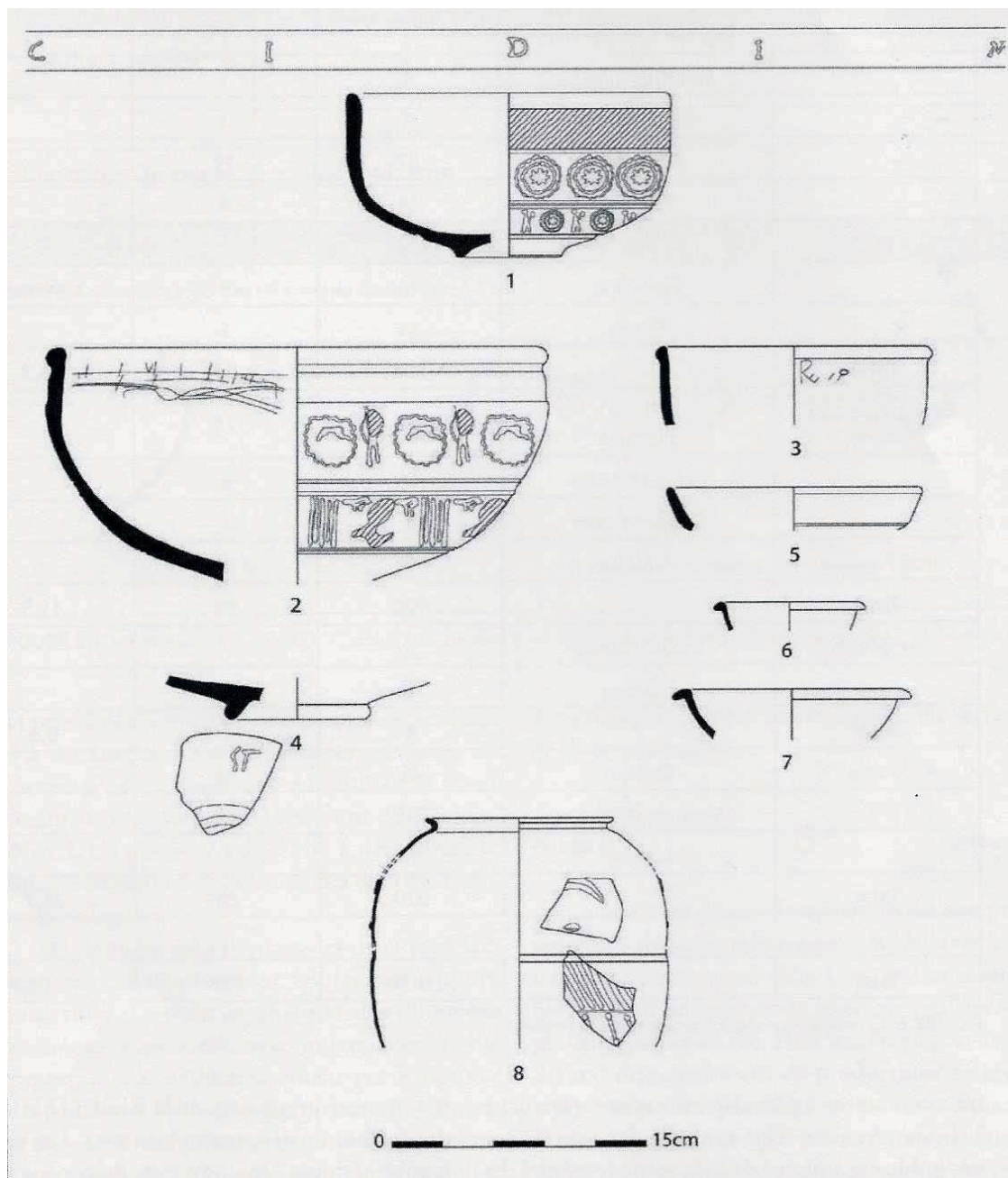
Apesar das limitações que o poder nos impõe, ao negar-nos o devido apoio para a investigação, ao invés de outros tempos, a nossa ideia é prosseguir o caminho. Continuar, pesquisar, revolver o solo e estudar as suas ambiências, musealizar e fomentar o denominado Turismo Cultural, sendo este um dos nossos objetivos a médio prazo.

Bibliografia

Coixão António Sá – “A Romanização do Baixo Côa”, edição da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, ano de 2017.

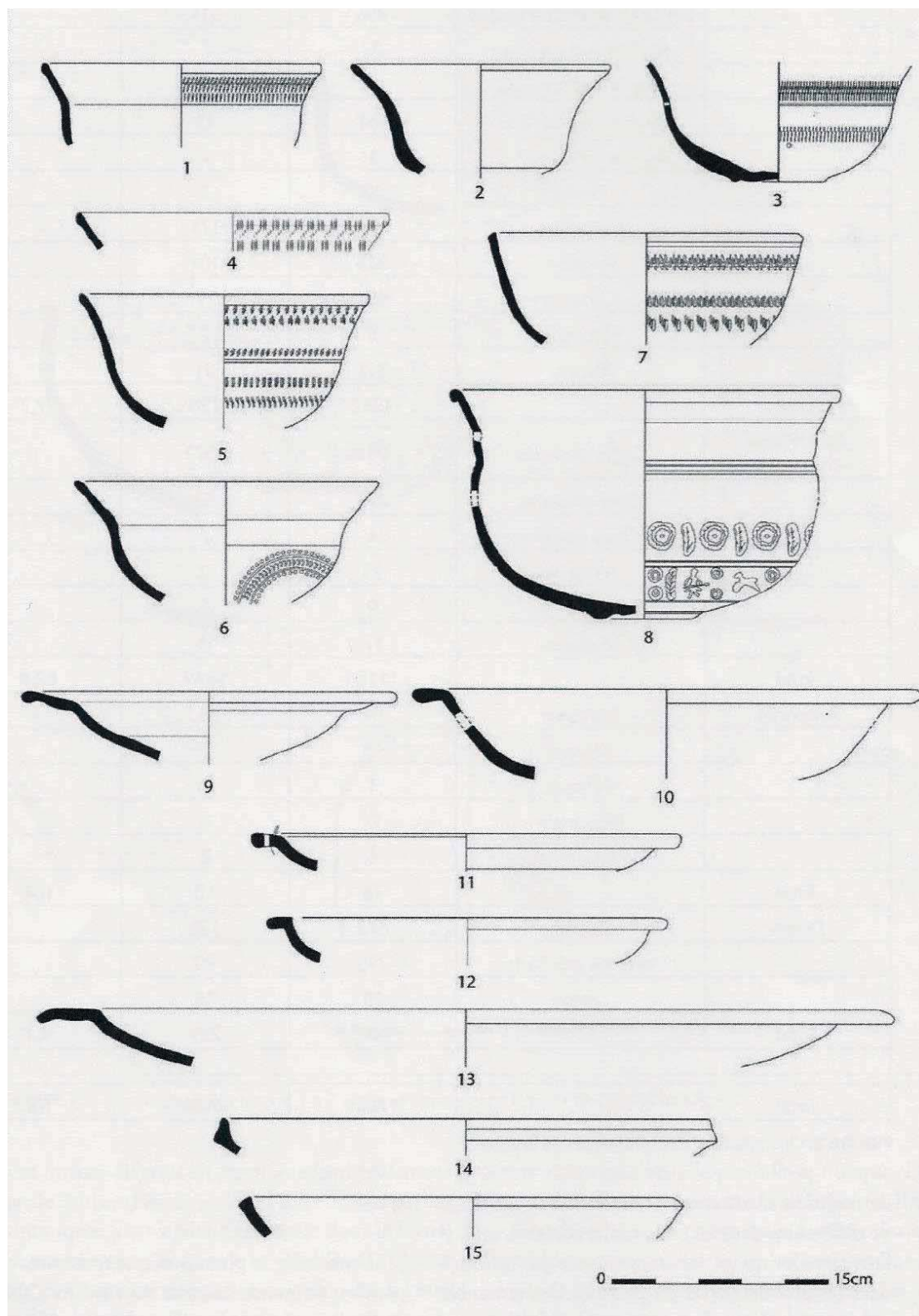
Dissertação de Doutoramento defendida na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 21 de Julho de 2017

ESTAMPA 92



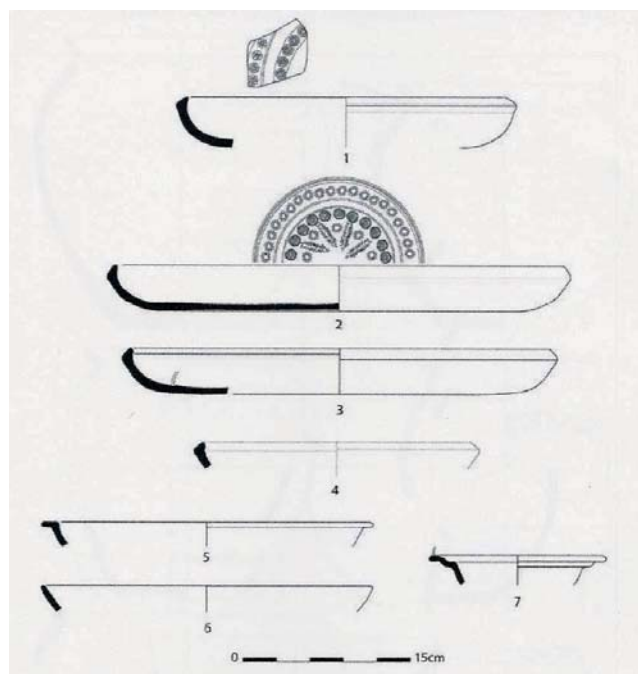
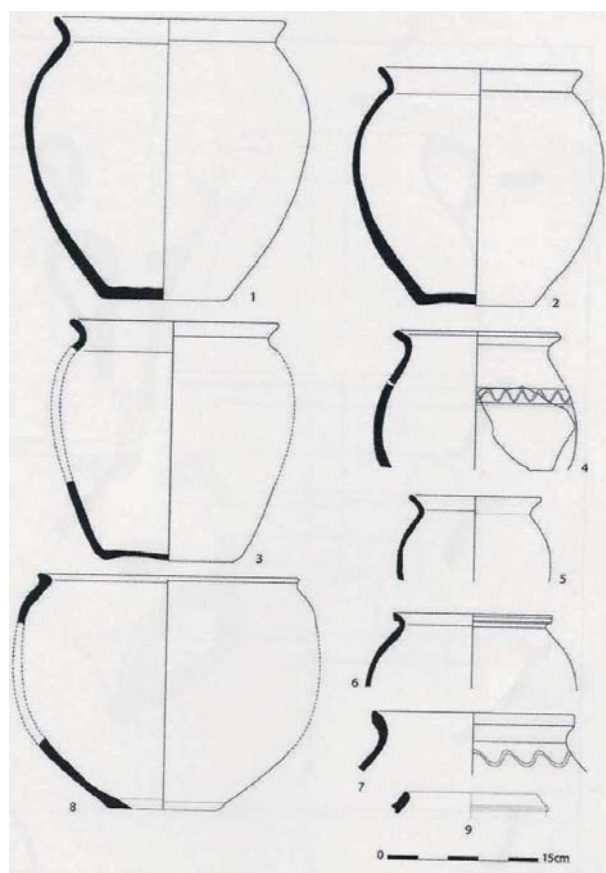
Figs. 325 a 332: Cerâmicas da fase 3 da ocupação do Vale do Mouro

ESTAMPA 94



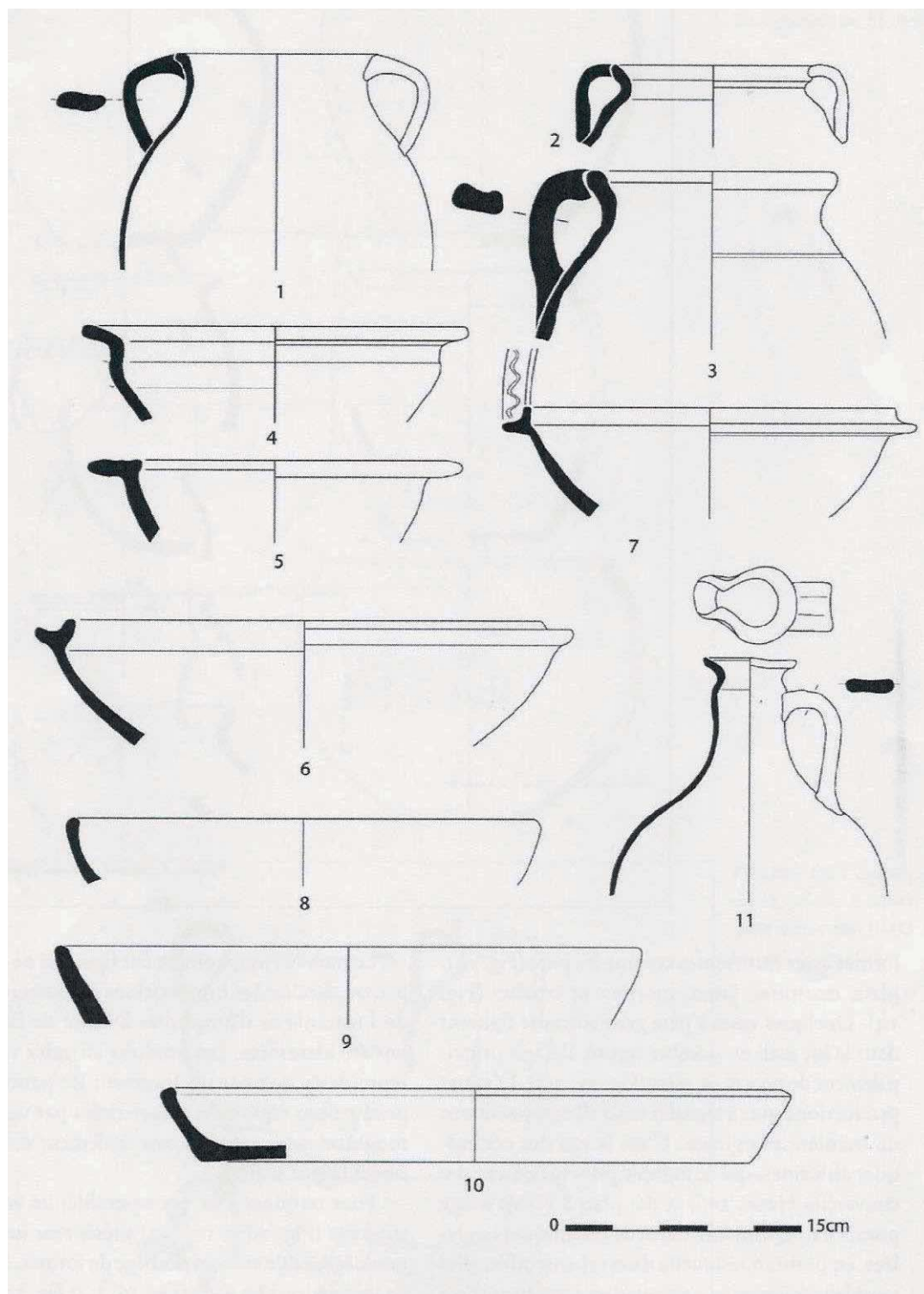
Figs. 334 a 348: Cerâmicas da fase 3 da ocupação do Vale do Mouro

ESTAMPA 96

Figs. 362 a 368: *Sigillatas* Africanas da fase 3

Figs. 369 a 377 – Cerâmicas comuns claras silíceas

ESTAMPA 97



Figs. 378 a 388 – Cerâmicas comuns claras siliciosas da fase 3 do sítio do Vale do Mourro

ESTAMPA 111



Fig. 422: Lagareta do sítio das Ameixoeiras (Freixo de Numão)



Fig. 423: Lagareta registada no sítio do Casal/Colodreira (Freixo de Numão)

ESTAMPA 112

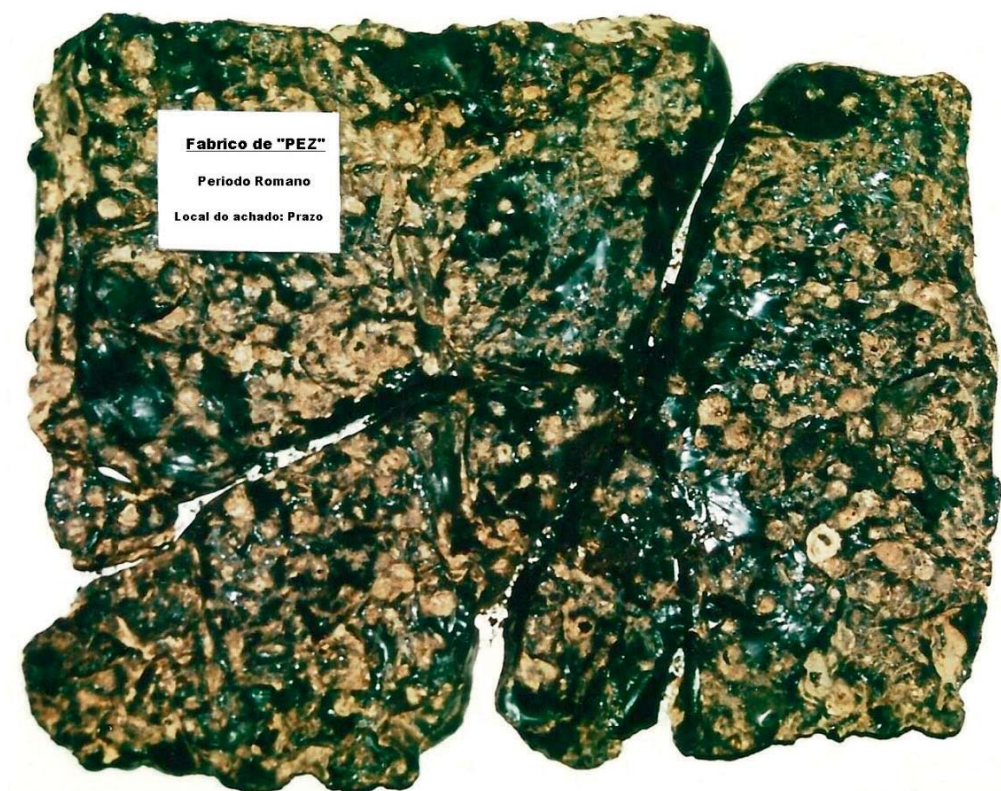


Fig. 424: Bloco de Pez para barrar o interior dos *dolia* de armazenamento de vinho, recolhido no sítio do Prazo (Freixo de Numão)



Fig. 425: Concavidades na rocha granítica executada para encosto dos *dolia* de vinho (sítio do Rumansil I)

ESTAMPA 149



Fig. 493: Pesos de tear exumados durante as escavações arqueológicas no sítio do Prazo (Freixo de Numão)



Fig. 494: Agulha em osso, alfinetes em cobre e osso, canelão em bronze e dedal em cobre, em exposição no Museu da Casa Grande (do período de ocupação Romana)